



Revista Brasileira de Direito Municipal - RBDM Belo Horizonte, ano 14, n. 49, jul./set. 2013

Editorial

- ◆ O Congresso Nacional brasileiro e a formação de uma “Oligarquia Unitária”
Márcio Luís de Oliveira

Doutrina

Artigos

- ◆ Política urbana na ordem econômica
Júlia Ávila Franzoni
- ◆ A Lei da Ficha Limpa à luz da Constituição da República de 1988
Priscilla de Cássia Lima Mattos Arimatéia
- ◆ Direitos de natureza pecuniária dos servidores públicos estatutários
Raquel Dias da Silveira Motta
- ◆ A figura do beneficiário na Lei de Improbidade Administrativa
Renata Castanheira de Barros Waller
- ◆ Política Nacional de Resíduos Sólidos – Plano de gestão integrada de resíduos sólidos no Município de Gravataí/RS
Romulo André Alegretti de Oliveira, Cindy Graciolina Lopes Marques

Pareceres

- ◆ Apelação Cível – Vice-prefeito – Utilização de bens públicos – Impossibilidade – Direito ao pagamento integral dos subsídios – Parecer do Ministério Público
Luís Alberto Thompson Flores Lenz
- ◆ Concessão de direito real de uso – Considerações gerais – Análise sob o prisma da legislação aplicável às condutas vedadas aos agentes políticos em ano eleitoral – Poder de propulsão do Município – Programas econômicos – Vedação
Adilson José Selim de Sales de Oliveira, Cristina Padovani Mayrink, Vanessa Lima Nascimento, Tais Erthal Rodrigues, Alice Barroso de Antonio, Renata Miranda Duarte
- ◆ Seguro de Acidente do Trabalho – Alíquota – Regulamento do Ministério da Previdência Social – Variação conforme grau de risco da atividade preponderante – Real grau de risco – Necessidade de investigação
Tais Erthal Rodrigues, Alice Barroso de Antonio, Adilson José Selim de Sales de Oliveira, Vanessa Lima Nascimento, Renata Miranda Duarte

- ◆ Ano eleitoral – Supressão e/ou readaptação de vantagens de servidores públicos que importe aumento ou redução de remuneração – Vedação – Lei nº 9.504/97 – Lei de Responsabilidade Fiscal
Alice Barroso de Antonio, Renata Miranda Duarte, Adilson José Selim de Sales de Oliveira
- ◆ Servidora ocupante de cargo comissionado – Licença-maternidade – Considerações sobre exoneração – Possibilidade
Adilson José Selim de Sales de Oliveira, Christofer Magalhães Castro, Cássia Augusta Alves Amaral
- ◆ Matadouro – Serviço Público – Concessão – Vigência até o próximo ano – Prorrogação – Possibilidade – Fim do mandato – Limitações da LRF – Momento inadequado
Adilson José Selim de Sales de Oliveira, Renata Miranda Duarte, Christofer Magalhães Castro, Alice Barroso de Antonio
- ◆ Cargos de provimento em comissão – Exoneração – Final de mandato – Ausência de obrigatoriedade
Adilson José Selim de Sales de Oliveira, Christofer Magalhães Castro, Cássia Augusta Alves Amaral
- ◆ União homoafetiva – Inseminação artificial – Nascimento da criança – Reconhecimento de dupla maternidade não concluído – Licença-maternidade para servidora não gestante/adotante – Impossibilidade
Deborah Fialho Ribeiro Glória

Jurisprudência Selecionada

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**
 Incidência de ISS sobre arrendamento mercantil financeiro – Sujeito ativo da relação tributária na vigência do DL nº 406/68: município da sede do estabelecimento prestador – Após a Lei nº 116/03: lugar da prestação do serviço – *Leasing* – Contrato complexo – Serviço ocorre no local onde se toma a decisão acerca da aprovação do financiamento, onde se concentra o poder decisório, onde se situa a direção geral da instituição.
 Recurso Especial nº 1.060.210 – SC
- ◆ **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**
 Tributário – Taxa de Proteção contra Incêndios e Emergências – Instituição – Município de Birigui – Serviço de bombeiros – Competência do Estado – Dupla cobrança pelos mesmos serviços – Ausência de divisibilidade e a especificidade dos serviços públicos – Incompetência do ente tributante.
 Apelação com Revisão nº 0005958-81.2010.8.26.0077
- ◆ **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**
 Prestação de serviços – Água potável – Município de Amparo – Exigência de preço público por acréscimo de demanda, em caso de parcelamento de solo urbano – Ofensa a Constituição Federal demonstrada.
 Ação Rescisória de Sentença nº 0027684-80.2012.8.26.0000

◆ **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**

Promessa de compra e venda – Licença municipal irregular de instalação de loteamento em área de preservação permanente – Impossibilidade de edificação – Danos morais e materiais – Indenização.
Apelação Cível nº 70038584173

Ementário

- ◆ Administrativo
- ◆ Desapropriação
- ◆ Improbidade Administrativa
- ◆ Licitações e Contratos
- ◆ Meio Ambiente
- ◆ Responsabilidade Civil
- ◆ Servidor Público
- ◆ Tributário

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Tendências Jurisprudenciais